

VISÃO GERAL

Constituída em 2006, a Renova Energia atua no setor elétrico brasileiro desde 2000 através de sua controlada Enerbras Centrais Elétricas S.A., tendo como foco o desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica por meio de fontes alternativas renováveis, tais como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e parques eólicos. Ao longo de seus nove anos de atuação, a Renova construiu um portfólio que inclui três PCHs em operação (com capacidade instalada total de 41,8 MW e uma carteira de projetos em desenvolvimento com mais de 1,8 GW em PCHs e cerca de 2,3 GW em parques eólicos nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão, Goiás, Tocantins e Paraná.

A Renova Energia possui uma sólida equipe de desenvolvimento, formada por engenheiros, geólogos, técnicos em meio ambiente, e especialistas em energia eólica e regulação altamente qualificados. Atualmente nosso corpo técnico conta com profissionais com mais de 30 anos de experiência no setor de energia elétrica, provenientes de órgãos ambientais, grandes empresas de energia e empresas de engenharia focadas em energia alternativa. A Companhia tem uma abordagem diferenciada ao setor de energia alternativa, integrando estrategicamente as atividades de prospecção e desenvolvimento de projetos ao seu modelo de negócios. Ainda, privilegia a escala e a concentração geográfica na concepção dos seus empreendimentos, o que assegura a obtenção de importantes sinergias nas fases de construção e operação de ativos.

Entre os sócios da Renova estão seus fundadores, os Srs. Ricardo Delneri e Renato Amaral, e o Fundo InfraBrasil, administrado de forma independente pelo Banco-Santander. O InfraBrasil tem como quotistas destacados fundos de pensão brasileiros e instituições financeiras, sendo signatário dos Princípios do Equador, que requerem rigorosos padrões na concessão de financiamento para projetos ambientalmente impactantes, o que demonstra o comprometimento da Renova com as melhores práticas de governança corporativa, sustentabilidade e preservação do meio ambiente.

A Companhia possui registro de Companhia Aberta desde 25 de agosto de 2008, e um estatuto social alinhado com as exigências do Novo Mercado da BMF-BOVESPA, que prevê aos acionistas minoritários direito de *tag along* integral, voto em questões societárias específicas, assim como a manutenção de pelo menos 20% de membros independentes no Conselho de Administração da empresa. A Renova Energia entende que a definição de uma estratégia corporativa para a sustentabilidade e para a integração da mesma nos processos da organização é de extrema relevância para o sucesso de seus negócios. Tal estratégia permite atrair novos investidores cujo portfólio de investimento privilegie empresas que buscam a sustentabilidade e responsabilidade sócio-ambiental, bem como a consolidação da Companhia como referência em geração de energia limpa e sustentabilidade no mercado.

REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 2009, passamos por novo processo de reorganização societária, por meio do qual foram realizadas certas alterações na estrutura do nosso grupo. O Fundo InfraBrasil, então detentor da totalidade das Debêntures da Enerbrás, conferiu as referidas debêntures em aumento de capital da Hourtin Holdings, sociedade integralmente detida pelo InfraBrasil.

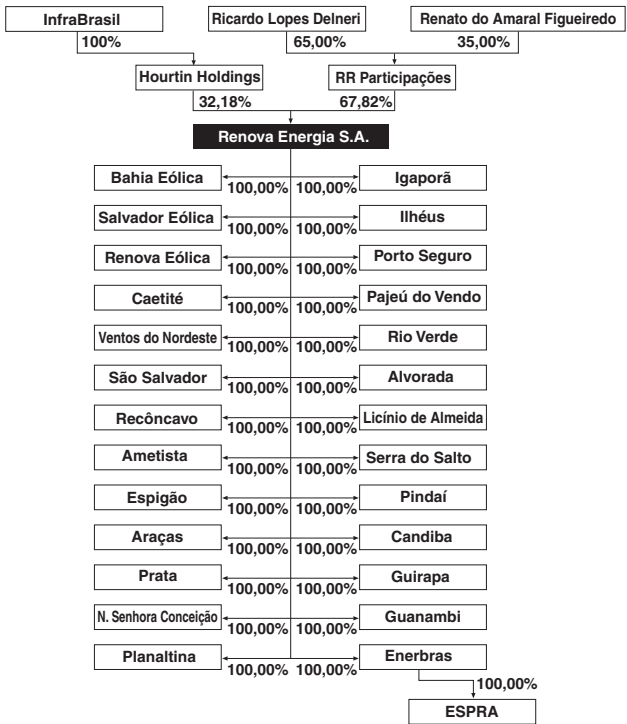
Em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 29 de maio de 2009, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em montante equivalente a R\$12.193 mil, mediante a emissão de 284.616 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$131.465 mil. Essas novas ações foram totalmente subscritas pela Hourtin Holdings e integralizadas da seguinte forma: (i) parcela de R\$81.465 mil foi integralizada por meio da conferência de debêntures de emissão da Enerbras, conforme laudo preparado especificamente para este fim; e (ii) parcela de R\$ 50.000 mil foi integralizada em dinheiro, nos termos do Fato Relevante divulgado pela Companhia na mesma data. Foi apurado um ágio na emissão das novas ações no montante de R\$119.272 mil, que foi registrado na conta de reserva de ágio da Companhia. Dessa forma, a Renova passou a deter a totalidade das Debêntures da Enerbras.

Na mesma Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, foi também aprovada a incorporação da RRI Participações (nossa antiga controladora direta) pela Companhia, também objeto do Fato Relevante divulgado em 29 de maio de 2009. Dessa forma, após o referido aumento de capital e a incorporação da RRI Participações pela Companhia, a Companhia passou a ter como principais acionistas a RR Participações (controlada por Ricardo Lopes Delneri e Renato do Amaral Figueiredo), detentora de 67,82% de nosso capital social, e a Hourtin Holdings (controlada pelo InfraBrasil), detentora de 32,18% de nosso capital social.

Ainda em 29 de maio de 2009, a Renova, então detentora da totalidade das Debêntures da Enerbras, capitalizou o crédito referente ao principal e juros da totalidade das Debêntures da Enerbras, com o conseqüente cancelamento das referidas Debêntures.

Em 2009, constituímos as *holdings* Bahia Eólica, Salvador Eólica e Renova Eólica, bem como as SPes Caetité, Ventos do Nordeste, São Salvador, Recôncavo, Ametista, Espigão, Araças, Prata, N. Senhora Conceição, Planaltina, Igaporã, Ilhéus, Porto Seguro, Pajéu do Vendo, Rio Verde, Alvorada, Licínio de Almeida, Serra do Salto, Pindaí, Candiba, Guirapá e Guanambi, exclusivamente com vistas à participação no primeiro leilão de energia de reserva exclusivo para centrais eólicas (Leilão LER 2009).

O organograma a seguir apresenta nossa estrutura societária atual, destacando nossos acionistas com mais de 5% do nosso capital social.



CENÁRIO MACROECONÔMICO BRASILEIRO E O SETOR ELÉTRICO

Os resultados operacionais da Renova Energia poderão ser impactados por mudanças na economia nacional, até mesmo por mudanças nas taxas de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais, índices inflacionários e política cambial.

A economia brasileira tem apresentado crescimento significativo nos últimos anos, afetando positivamente o setor elétrico brasileiro. Entre 2006 e 2008, o PIB apresentou crescimento médio anual de 4,9% (4,0% em 2006, 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008), o que contribuiu para o aumento da renda per capita e, redução das taxas de desemprego, além do aumento líquido de empregos formais. Apesar da crise econômica mundial, o crescimento do PIB brasileiro alcançou 3,3% no primeiro semestre de 2009, comparado com o primeiro semestre de 2008. De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego diminuiu de 8,4% em dezembro de 2006 para 6,8% em dezembro de 2008 e atingiu 7,4% em novembro de 2009, já demonstrando uma recuperação da economia frente aos efeitos da crise que impactaram os resultados de 2009 em relação à taxa de desocupação que alcançou seu máximo de 2009 em março (9,0%).

Na segunda metade de 2008, os efeitos da crise financeira internacional começaram a ser sentidos pela economia brasileira, com um menor crescimento do PIB, variações cambiais significativas, aumento das taxas de desemprego, diminuição de liquidez e queda nos gastos dos consumidores. Com finalidade de reduzir os impactos dessa crise financeira internacional, o Banco Central adotou medidas por meio de sua política monetária para estimular a economia brasileira, sem, no entanto, comprometer o estrito controle da inflação.

O setor energético deverá continuar em expansão dada a demanda crescente de energia elétrica, impulsionada pelo crescimento econômico do país e pela visão de longo prazo no planejamento da expansão do sistema elétrico nacional, traduzindo-se em um ambiente favorável à Renova Energia. De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME) o consumo de energia elétrica é positivamente correlacionado com o crescimento do PIB e da renda média da população, possuindo elasticidade prevista de 1,1 para os próximos anos (Fonte: PDE).

O Brasil apresenta diversas e abundantes fontes de energia, particularmente de potencial hídrico e eólico. O potencial hidrelétrico ainda não explorado chega a 182 GW, sendo 42,7% localizado na região amazônica e os demais 57,3% estão distribuídos nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país. No que se refere à energia eólica, o potencial brasileiro é de aproximadamente 143 GW, sendo cerca de 70% do mesmo localizado na região nordeste. A tabela a seguir apresenta a matriz de energia elétrica do sistema brasileiro, demonstrando o forte potencial de crescimento das modalidades de geração hídrica e eólica.

	Nº de Usinas	Potência (GW)	Participação (%)
Hidro	796	77,9	69,3
Gás	121	11,8	10,5
Petróleo	784	5,2	4,7
Biomassa	330	5,4	4,8
Nuclear	2	2,0	1,8
Carvão Mineral	8	1,5	1,3
Eólica	33	0,4	0,4
Potência Instalada	2.074	104,3	92,7
Importação¹		8,2	7,3
Potência Disponível		112,4	100,0

(1) Paraguai Itaipu - 5,65 GW; Argentina - 2,25 GW; Venezuela - 0,2 GW; Uruguai - 0,07GW

ATUAÇÃO NO PRIMEIRO LEILÃO DE ENERGIA DE RESERVA DEDICADO A CENTRAIS EÓLICAS

Em dezembro de 2009, fomos os maiores vendedores no primeiro leilão de energia dedicado exclusivamente para fontes eólicas ("Leilão LER 2009"), tendo comercializado 270 MW de capacidade instalada (127 MW médios), por meio de 14 projetos eólicos, que se encontram em construção no Estado da Bahia.

Esse volume de energia representou 17% de toda a energia comercializada no referido leilão, tendo nos colocado na posição de liderança no País em volume de energia contratada proveniente de projetos eólicos. Nesse leilão, nossos projetos apresentaram o menor custo unitário de implantação, de acordo com dados da CCEE, e um dos maiores Fatores de Capacidade, de acordo com a Portaria nº 16, de 25 de novembro de 2009, do MME. A tabela a seguir detalha os empreendimentos da Companhia vitoriosos no Leilão:

Usina	CGE	Potência (MW)	Município
1	Rio Verde	30	Caetité
2	Pindaí	22,5	Guanambi
3	Licínio de Almeida	22,5	Guanambi
4	Guanambi	16,5	Guanambi
5	Serra do Salto	15	Guanambi
6	Candiba	9	Guanambi
7	Guirapá	27	Guanambi
8	Alvorada	7,5	Caetité
9	Igaporã	30	Igaporã
10	Ilhéus	10,5	Igaporã
11	N.S. Conceição	24	Igaporã
12	Porto Seguro	6	Igaporã
13	Pajéu do Vento	24	Caetité
14	Planaltina	25,5	Caetité
TOTAL		270	

Nossos 14 parques vencedores firmarão contratos de venda de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), pelo prazo de 20 anos, e gerarão receita bruta anualizada de R\$162.212 mil*, a partir de 2012, quando devem estar operacionais. Tais contratos possuem reajuste anual pelo IPCA, a partir de janeiro de 2010.

* *Data-base Dezembro de 2009. Informação não auditada pelos auditores independentes*

Comentário de Desempenho

Resultado Econômico Financeiro

Em 2009, as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino II e Colino I, da controlada indireta ESPRA completaram seu primeiro ano de operação comercial, em 24 de maio, 17 de julho e 23 de setembro respectivamente, importante marco operacional.

A energia proveniente destas PCHs foi vendida no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo as Fontes Alternativas de Energia Elétrica, em contrato de compra e venda de energia elétrica celebrado com as Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás, pelo qual a ESPRA se compromete a vender toda a sua produção de energia elétrica passível de ser contratada por um prazo de 20 (vinte) anos). A receita bruta em 2009 atingiu R\$ 35.0 mil, considerando a correção pelo IGPM desde junho/04.

Receitas

As receitas operacionais líquidas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram de R\$33.753 mil, uma variação positiva de R\$18.386 mil em relação ao mesmo período de 2008, cujo valor foi de R\$15.367 mil. Esta receita é proveniente de nossa controlada Energética Serra da Prata e esta variação ocorreu devido as usinas terem entrado em operação comercial a partir dos meses de maio, junho e setembro 2008, tendo contribuído integralmente para nossos resultados em 2009.

Despesas

As despesas operacionais relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 foram equivalentes a R\$7.521 mil, apresentando uma variação positiva de R\$5.518 mil na comparação com o mesmo período de 2008, cujo resultado foi de R\$13.039 mil. A variação ocorreu em virtude de mudança de método na apropriação dos gastos ocorridos com equipe própria dedicada ao desenvolvimento de novos projetos em 2009, que transferiu R\$3.775 mil para a rubrica Ativo Intangível, bem como redução de R\$1.743 mil de despesas pré operacionais (advogados e serviços de terceiros). Em 2009, nossas principais despesas operacionais foram as seguintes: (i) R\$2.527 mil de gastos com pessoal; (ii) R\$1.529 mil de gastos com aluguéis e arrendamentos; (iii) R\$1.635 mil de gastos com prestadores de serviços; e (iv) R\$1.814 mil de gastos com viagens, publicações e outros. Ademais, tivemos R\$0.016 mil de gastos com tributos em 2009.

Tivemos um resultado financeiro líquido negativo de R\$14.746 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, representando uma redução de R\$5.750 mil com relação ao exercício de 2008. Atribui-se essa variação ao cancelamento das debêntures e ao incremento com as receitas financeiras de aplicações financeiras.

Investimentos

Possuímos investimentos na Cia. Enerbras Centrais Elétricas S.A., cuja participação é de 100%. A Enerbras por sua vez, controla diretamente a Energética Serra da Prata S.A. com 99,99%, que possui as PCHs Cachoeira da Lixa, Colino I e Colino II, integrantes do Complexo Hidrelétrico Serra da Prata. Investimos ainda no desenvolvimento e ampliação do nosso portfólio de projetos de PCHs e parques eólicos, devidamente registrados na conta de Ativo Intangível.

Nossos ativos totais passaram de R\$247.708 mil, em 31 de dezembro de 2008, para R\$292.733 mil, na mesma data de 2009, demonstrando, portanto, uma variação de 18,2%, reflexo do aumento de capital realizado pelo InfraBrasil.

O saldo do Ativo Intangível passou de R\$18.855 mil, em 31 de dezembro de 2008, para R\$30.060 mil, na mesma data de 2009, demonstrando, portanto, uma variação de 51,28%, que pode ser atribuída principalmente aos investimentos da companhia em novos projetos básicos, inventários, e projetos de centrais eólicas.

Financiamentos e Patrimônio Líquido

Para financiar nossos investimentos, além de nossos próprios recursos, acessamos linhas de crédito de longo prazo disponíveis. Atualmente, contamos com linha de financiamento do FNE, através de contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil em 30 de junho de 2006. O endividamento bruto da empresa, representado pelos empréstimos e financiamentos, de curto e longo prazo com instituições financeiras, atingiu o valor de R\$143.787 mil em dezembro de 2009, comparado ao saldo de R\$145.233 mil em dezembro de 2008, tendo em vista juros pagos no período e amortizações de principal. Sendo que deste valor total R\$121.133 mil se referem a linha do BNB e R\$22.654 mil se referem a linha de repasse do Internacional Finance Corporation (IFC).

Nosso patrimônio líquido passou de R\$9.017 mil, em 31 de dezembro de 2008, para R\$138.945 mil, na mesma data de 2009, devido principalmente ao aumento no capital social ocorrido em 29 de maio de 2009.

Portfólio de Projetos

Além dos investimentos realizados no Complexo Hidrelétrico Serra da Prata, no ano de 2009 a Companhia seguiu investindo na prospecção e desenvolvimento de novos potenciais para a construção de PCHs e parques eólicos, tendo incrementado significativamente sua carteira desses projetos. Acreditamos que o mercado de energia apresenta condições favoráveis para o investimento em PCHs e parques eólicos e pretendemos seguir investindo neste segmento.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

Compreendendo o seu negócio como a geração de energia com respeito ao meio ambiente, a Renova Energia está empenhada em assegurar a perenidade das suas atividades, possuindo plena consciência do seu papel e da sua responsabilidade sócioambiental o desenvolvimento sustentável, e seus pilares social, ambiental e econômico.

Em 2009 demos continuidade aos programas ambientais e de relacionamento com as comunidades onde atuamos.

Segue abaixo, relação de alguns programas elaborados e implementados:

- Programa Limnológico e de qualidade das águas.
- Análise Preliminar de Risco.
- Programa de Educação Ambiental.
- Programa de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento.
- Programa de Comunicação Social.
- Programa de Monitoramento e Conservação da Fauna Silvestre na área de influência direta do empreendimento.
- Programa de Monitoramento de Ictiofauna.
- Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT.
- Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO.
- Plano de ação emergencial - PAE da Barragem, em conformidade com as diretrizes e parâmetros estabelecidos no Manual de Segurança e Inspeção de Barragens, do Ministério da Integração Nacional.
- Programa de Capacitação da mão-de-obra local.

O objetivo principal desses programas é atender a legislação ambiental vigente e os anseios da comunidade, com a minimização e compensação dos impactos ambientais, assim como a promoção de atividades que promovam o desenvolvimento humano e social nas comunidades onde atuamos.

Administração

O quadro de colaboradores da Renova Energia encerrou 2009 com 43 empregados, em comparação a 37 empregados em 2008, o que representou um aumento de 17%, fruto do incremento das atividades da empresa no período. Nosso pessoal encontra-se distribuído nos escritórios que possuímos em São Paulo, Salvador, Belo Horizonte e Tocantins.

Auditores Independentes

Nossa política de contratação de nossos auditores independentes para outros serviços que não auditoria levam em consideração as suas normas profissionais de preservação de sua independência. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 a Companhia não contratou quaisquer serviços profissionais de nossos auditores independentes a não ser aqueles relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Considerações Finais

O ano de 2009 foi de grande importância para nossa Companhia. Tivemos a oportunidade de comprovar o êxito da nossa estratégia de crescimento, que tem como um dos pilares o desenvolvimento integrado de novos projetos, ao sagrarmos-nos os maiores vencedores do primeiro leilão exclusivo para fontes eólicas, com a venda da energia proveniente de 14 centrais com 270 MW de potência total instalada, o que posiciona a Renova como empresa líder desta fonte em energia contratada.

Agradecemos a dedicação dos nossos colaboradores, sem os quais não seria possível alcançar esse desempenho, assim como nossos acionistas, que apoiaram incondicionalmente a Renova Energia em todos os momentos, e nossos parceiros Banco Santander e General Electric, que acreditaram desde o início na viabilidade do nosso projeto.

A Renova Energia segue confiante no desenvolvimento de suas atividades e envidando seus melhores esforços para tornar-se cada vez mais uma referência em geração de energia limpa de forma sustentável, ratificando o seu compromisso de gerar mais energia renovável para o Brasil.

continuação

Renova Energia

RENOVA ENERGIA S.A.

CNPJ 08.534.605/0001-74 - Companhia Aberta

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008			2009	2008	2009	2008
Circulante											
Disponibilidades	5	41.238	5.217	41.475	6.811	Empréstimos e financiamentos	14	–	–	5.964	4.027
Contas a receber de clientes	6	–	–	3.903	3.862	Encargos sobre empréstimos	14	–	–	5.888	–
Imposto a recuperar	7	445	328	477	620	Fornecedores	13	1.408	3.251	1.968	7.283
Adiantamentos a fornecedores		274	301	659	547	Impostos e contribuições sociais a recolher	15	366	413	620	911
Despesas antecipadas		–	–	387	340	Salários e férias a pagar		478	543	478	543
Cauções e depósitos vinculados	9	55	55	55	–	Outras contas a pagar		73	–	516	83
Outros créditos		1.608	64	72	136			2.325	4.207	15.434	12.847
		43.620	5.965	47.028	12.316						
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Partes relacionadas	8	40	7.347	40	–	Empréstimos e financiamentos	14	–	–	131.935	141.206
Títulos de capitalização		–	–	25	25	Debêntures	16	–	–	–	78.219
Cauções e depósitos vinculados	9	197	–	13.077	10.845	Partes relacionadas	8	3.994	4.287	–	–
Outros créditos		–	–	–	–	Provisão para passivo a descoberto - Enerbras	11	–	3.741	–	–
		237	7.347	13.142	10.870	Deságio na aquisição de investimentos		–	–	6.419	6.419
		74.358	(6.419)	–	–			3.994	8.028	138.354	225.844
Investimentos	10	60	60	70	70	Patrimônio líquido					
Outros investimentos		3.765	2.789	202.433	205.597	Capital social		46.536	34.343	46.536	34.343
Imobilizado	11	23.224	11.510	30.060	18.855	Reservas de capital		119.272	–	119.272	–
Intangível	12	101.407	7.940	232.563	224.522	Prejuízos acumulados		(26.863)	(25.326)	(26.863)	(25.326)
		145.264	21.252	292.733	247.708			138.945	9.017	138.945	9.017
								145.264	21.252	292.733	247.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receita operacional bruta					
Suprimento de energia elétrica		–	–	35.032	15.970
Deduções					
Impostos e contribuições sobre a receita		–	–	(1.279)	(603)
Receita operacional líquida	18	–	–	33.753	15.367
Custo do serviço de energia elétrica e custo de operação					
Depreciação e amortização	19	–	–	(11.542)	(5.701)
Custo de operação		–	–	(6.955)	(3.502)
Encargos de uso do sistema de distribuição		–	–	(2.982)	(1.572)
Encargos de uso do sistema de distribuição		–	–	(1.605)	(627)
Lucro operacional bruto		–	–	22.211	9.666
Despesas operacionais	19	(6.432)	(11.625)	(7.521)	(13.039)
Outras receitas operacionais		–	–	–	–
Despesas gerais e administrativas		(6.289)	(11.489)	(7.371)	(12.902)
Despesas tributárias		(16)	(63)	(16)	(64)
Depreciações e amortizações		(127)	(73)	(134)	(73)
Resultado do serviço		(6.432)	(11.625)	14.690	(3.373)
Resultado das participações societárias		3.053	(14.831)	–	–
Despesas financeiras		(208)	(569)	(18.812)	(24.112)
Receitas financeiras		2.049	2.240	4.066	3.616
Resultado financeiro líquido	20	1.841	1.671	(14.746)	(20.496)
Prejuízo operacional		(1.538)	(24.785)	(56)	(23.869)
Outras receitas		1	18	1	18
Outras despesas		–	(96)	–	(96)
Prejuízo antes do imposto de renda, e da contribuição social		(1.537)	(24.863)	(55)	(23.947)
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	–	–	(1.482)	(916)
Prejuízo do exercício		(1.537)	(24.863)	(1.537)	(24.863)
Prejuízo por lote de mil ações - R\$		(1,42)	(31,00)	(1,42)	(31,00)
Quantidade de ações ao final do exercício		1.086	802	1.086	802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receitas					
Suprimento de energia elétrica	18	–	–	33.753	15.366
Resultados não operacionais		–	(78)	–	(78)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui PIS e COFINS)					
Custos das mercadorias vendidas e serviços prestados		–	–	(4.587)	(2.199)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais		(2.803)	(6.017)	(3.336)	(6.969)
Valor adicionado bruto		(2.803)	(6.095)	25.830	6.120
Depreciação, amortização e exaustão		(127)	(73)	(7.089)	(3.580)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(2.930)	(6.168)	18.741	2.540
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial		3.053	(14.831)	–	–
- Minoritários					
Receitas financeiras		2.049	2.240	4.357	4.015
		2.172	(18.759)	23.098	6.555
Valor adicionado total a distribuir		2.172	(18.759)	23.098	6.555
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		1.147	2.131	1.147	2.131
Honorários da diretoria		729	1.594	729	1.594
Benefícios		112	160	112	160
FGTS		102	195	102	195
Outros		5	3	5	3
Tributos					
Federais		414	940	2.005	2.019
Estaduais		3	53	3	53
Municipais		12	10	12	11
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		–	–	16.300	22.728
Aluguéis		977	449	1.529	885
Outros		208	569	2.691	1.639
Prejuízo do exercício		(1.537)	(24.863)	(1.537)	(24.863)
		2.172	(18.759)	23.098	6.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008 (reclassificado)	2009	2008 (reclassificado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(1.537)	(24.863)	(1.537)	(24.863)
Ajustes por:					
Atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		127	73	7.089	3.580
Encargos sobre mútuo		(34)	(114)	(47)	(104)
Baixas de intangíveis	12	1.711	–	1.711	–
Juros sobre debêntures		–	–	3.247	14.295
Juros sobre empréstimo		–	–	12.229	8.316
Redução da provisão para o passivo a descoberto Enerbras		(3.741)	–	–	–
Resultado das participações societárias		(3.053)	14.831	–	–
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução em contas a receber de clientes					
		–	–	(42)	(3.861)
(Aumento) redução em impostos a recuperar					
		(117)	(318)	144	(285)
(Aumento) redução em despesas antecipadas					
		–	–	(49)	(339)
(Aumento) em cauções e depósitos vinculados					
		(197)	–	(197)	–
Aumento (redução) em fornecedores					
		(1.819)	3.005	(5.315)	538
Aumento (redução) em impostos e contrib. sociais a recolher					
		(22)	355	(242)	656
Aumento (redução) em outras contas					
		(1.561)	260	216	422
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais					
		(10.243)	(6.771)	17.207	(1.645)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aplicações em investimento		(77.723)	–	–	–
Aplicações em outros investimentos		–	(60)	–	(70)
Adições ao ativo imobilizado	11.2	(1.104)	(2.748)	(2.487)	(40.089)
Adições ao ativo intangível		(13.424)	(10.438)	(14.354)	1.201
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos					
		(92.251)	(13.246)	(16.841)	(38.958)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Integralização de capital		12.194	30.000	12.194	30.000
Reserva de ágio de ações da Renova (Redução) depósitos vinculados		119.272	–	119.272	–
Aumento de financiamentos/empréstimos - curto prazo		–	(55)	(2.034)	(10.900)
Aumento de financiamentos/empréstimos - longo prazo		–	–	–	(539)
(Cancelamento) Emissão de debêntures		–	–	–	13.637
Pagamentos de empréstimos/debêntures		–	–	(81.466)	10.000
Juros pagos por empréstimos		–	–	(3.995)	–
		–	–	(9.680)	–
Aumento (redução) nos mútuos					
		7.049	(6.874)	7	95
Mútuo com Partes Relacionadas - Ingresso		15.638	11.337	29.179	30.320
Mútuo com Partes Relacionadas - Pagamento		(5.273)	(1.180)	(16.737)	(13.008)
Mútuo com Partes Relacionadas		(3.316)	(17.031)	(12.435)	(17.217)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos					
		138.515	23.071	34.298	42.293
Aumento nas disponibilidades					
		36.021	3.054	34.664	1.690
Demonstração do aumento nas disponibilidades					
No início do exercício		5.217	2.163	6.811	5.121
No fim do exercício		41.238	5.217	41.475	6.811
		36.021	3.054	34.664	1.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Capital Reservas integralizado de capital	% Participação		Prejuízos acumulados	Total		
				31/12/2009				31/12/2008	
				Direta	Indireta			Direta	Indireta
Saldos em 31 de dezembro de 2007									
Integralização de capital	34.343	(30.000)	4.343	–	(462)	–	3.880		
Prejuízo do exercício	–	30.000	30.000	–	–	–	30.000		
Saldos em 31 de dezembro de 2008	34.343	–	34.343	–	(25.326)	–	9.017		
Integralização de capital	12.193	–	12.193	–	–	–	12.193		
Ágio na emissão de novas ações	–	–	–	119.272	–	–	119.272		
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(1.537)	–	(1.537)		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	46.536	–	46.536	119.272	(26.863)	–	138.945		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 (Valores em milhares de Reais exceto quando indicado)

1. Contexto operacional: A Renova Energia S.A. (“Renova” ou “Companhia” ou “Controladora”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 06 de dezembro de 2006. A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental e participação no capital social de outras sociedades. As participações diretas e indiretas são as seguintes:

Companhia	Consolidação	% Participação			
		31/12/2009	31/12/2008		
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Enerbras Centrais Elétricas S.A.	Integral	100		100	
Energética Serra da Prata S.A. (*)	Integral na Enerbras		99,99		99,99
Bahia Eólica Participações S.A. (**)	Integral	100			
Centrais Elétricas Ametista Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Elétricas Araças Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Elétricas Caetité Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Elétricas Espigão Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica		99		99
Centrais Elétricas Reconcavo Ltda. (**)	Integral na Bahia Eólica				

tiveram suas atividades operacionais iniciadas em maio, julho e setembro de 2008, respectivamente. Em 30 de junho de 2004, a energia gerada pelo Complexo Hidrelétrico Serra da Prata foi objeto de contrato de compra e venda de energia elétrica celebrados com a - Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A., no âmbito do PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica. Por meio desses contratos de compra e venda de energia elétrica, a Espra venderá toda sua produção de energia elétrica passível de ser contratada a longo prazo por um prazo de 20 (vinte) anos. A receita anual estimada é de aproximadamente R\$ 35,6 milhões (*) por ano, corrigida pelo IGP-M desde junho de 2004. O período de concessão da Espra é de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período. Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia participou do Leilão nº 03/2009-ANEEL, referente à contratação de Energia de Reserva proveniente exclusivamente de fonte eólica, conforme Portarias MME nº 147/2009 e nº 211/2009. Tendo-se comprometido a comercializar 270MW de capacidade instalada (127 MW médios), proveniente de 14 parques eólicos localizados no Estado da Bahia. Tais parques já estão em implantação e devem entrar em operação comercial até julho de 2012. A partir do início da operação comercial, os referidos parques eólicos deverão gerar receita anual estimada de R\$ 162 milhões (*), corrigida pelo IPCA desde dezembro de 2009. Em 04 de dezembro de 2009, foi celebrado com a BHA do Brasil Ltda. e com a General Electric International, Inc., "Memorandum of Understanding for the Sale of Power Generation Equipment and Related Services Including Transportation and Erection" (Memorando de Entendimentos para a Venda de Equipamento de Geração de Energia e Respetivos Serviços de Transporte e Comissionamento). Esse documento disciplinou os princípios e as regras gerais para o fornecimento de 180 aerogeradores, de 1,5MW cada, e respectivos serviços de transporte e comissionamento. Esse fornecimento será objeto de contratos definitivos, a serem celebrados oportunamente. (*) Não auditado pelos auditores independentes.

1.1 - Reorganização societária: Em 29 de maio de 2009, as Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia (conforme fato relevante divulgado ao mercado em 31 de maio de 2009) e da RRI Participações S.A. ("RRI") aprovaram reorganização societária que consistiu nos seguintes eventos: (i) incorporação da RRI pela Renova Energia S.A.; e (ii) aumento de capital da Companhia, por meio da capitalização de debêntures e aporte de capital pela Hourtin Holdings S.A. (i) Incorporação da RRI Participações S.A.: Por meio das reuniões de Conselho de Administração e das Assembléias Gerais Extraordinárias ocorridas em 29 de maio de 2009, os Conselhos de Administração e os acionistas da Companhia e da RRI aprovaram ou ratificaram, conforme o caso, a celebração do Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação ("Protocolo"), por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições da incorporação da RRI pela Companhia, com a consequente extinção da RRI, nos termos do art. 227 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76" e "Incorporação"). (ii) Aumento de capital da Renova Energia S.A.: Nesta mesma data, em Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em montante equivalente a R\$ 12.193, mediante a emissão de 284.616 novas ações ordinárias nominativas (nota 17 a) pelo preço de emissão total de R\$ 131.465. Essas novas ações foram totalmente subscritas pela Hourtin Holdings S.A. ("Hourtin") e integralizadas da seguinte forma: (i) parcela de R\$ 81.465 foi integralizada por meio da conferência de debêntures de emissão da Enerbras, conforme laudo preparado especificamente para este fim; e (ii) parcela de R\$ 50.000 foi integralizada em dinheiro. Foi apurado um ágio na emissão das novas ações no montante de R\$ 119.272, que foi registrado na conta de reserva de ágio da Companhia (nota 17 b). Anteriormente à reorganização societária acima descrita, o acionista controlador da Companhia era a RRI Participações S.A., sendo que, como resultado da incorporação da RRI pela Renova, a RR Participações S.A., acionista da RRI anteriormente à sua incorporação pela Renova, passou a deter 67,81% das ações ordinárias de emissão da Renova. Além disso, o InfraBrasil Fundo de Investimento em Participações, anteriormente titular de 8,10% das ações ordinárias de emissão da RRI, passou a deter 99,99% da companhia Hourtin, que, por sua vez, atualmente detém 32,17% das ações ordinárias de emissão da Renova. O restante das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, representando 0,02%, está em poder dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

1.2 - Constituição de novas empresas: Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de agosto de 2009, a Companhia aprovou a constituição de 03 subsidiárias: (i) Renova Eólicas Participações S.A.; (ii) Bahia Eólica Participações S.A. e (iii) Salvador Eólica Participações S.A. Essas companhias terão como principal objetivo atuar na área de energias renováveis eólicas. A Companhia Bahia Eólicas Participações S.A., tem as seguintes subsidiárias diretas: (i) Centrais Eólicas dos Araças Ltda.; (ii) Centrais Eólicas Ametista Ltda.; (iii) Centrais Eólicas Caetité Ltda.; (iv) Centrais Eólicas Espigão Ltda.; (v) Centrais Eólicas Recôncavo Ltda.; (vi) Centrais Eólicas São Salvador Ltda.; e (vii) Centrais Eólicas Ventos do Nordeste Ltda. A Companhia Renova Eólicas Participações S.A., tem as seguintes subsidiárias diretas: (i) Centrais Eólicas dos Alvorada Ltda.; (ii) Centrais Eólicas Candiba Ltda.; (iii) Centrais Eólicas Guanambi Ltda.; (iv) Centrais Eólicas Guirapa Ltda.; (v) Centrais Eólicas Lincino de Almeida Ltda.; (vi) Centrais Pindai Ltda.; (vii) Centrais Eólicas Rio Verde Ltda.; e (viii) Centrais Eólicas Serra do Salto Ltda. A Companhia Salvador Eólicas Participações S.A., tem as seguintes subsidiárias diretas: (i) Centrais Eólicas Porto Seguro Ltda.; (ii) Centrais Eólicas da Prata Ltda.; (iii) Centrais Eólicas Igaporã Ltda.; (iv) Centrais Eólicas Ilheus Ltda.; (v) Centrais Nossa Senhora da Conceição Ltda.; (vi) Centrais Pajeú do Vento Ltda.; e (vii) Centrais Eólicas Planaltina Ltda.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, divulgada para fins de comparação, contém algumas reclassificações em relação àquela anteriormente publicada para fins de uma melhor apresentação. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu em Reunião de Diretoria realizada em 15 de janeiro de 2010.

3. Resumo das principais práticas contábeis: A Companhia adotou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007 ("Lei nº 11.638/07"), com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008 convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 ("Lei nº 11.941/09"), com data de transição em 1º de janeiro de 2007. A Lei nº 11.638/07 e a Lei nº 11.941/09 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Nenhum ajuste patrimonial foi identificado em decorrência da adoção da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09. Um resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Companhia considerando a legislação acima referida e os respectivos normativos contábeis em vigor ao final de cada um dos exercícios ora apresentados, é fornecido a seguir:

a. Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento e medição. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b. Estimativas contábeis: A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros não-derivativos incluem caixa, aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos, financiamentos, assim como outras contas a pagar.

• Instrumentos mantidos até o vencimento: Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instru-

mentos disponíveis para venda: Os investimentos da Companhia em ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado.

d. Ativo circulante e não circulante:

• Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia revisa periodicamente a necessidade de constituição da provisão da rubrica de provisão de créditos para liquidação duvidosa. A administração não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de constituição de provisão em 31 de dezembro de 2009.

• Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem o saldo em caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras sendo que estas estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

• Demais ativos circulares e não circulares: São apresentados ao valor líquido de realização.

e. Permanente:

Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11. Nossas taxas de depreciações estão de acordo com as resoluções da ANEEL nº 02, de 24 de novembro de 1997 e nº 44 de 17 de março de 1999. Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados.

• Ativos intangíveis: Os ativos intangíveis compreendem os ativos gerados internamente pela Companhia. (i) Os seguintes critérios são aplicados: Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:

• Viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponível para uso ou venda;

• Intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;

• Capacidade para usar ou vender o ativo intangível;

• Demonstrar a existência de mercado ou outras formas de auferir benefícios econômicos;

• Disponibilidade de recursos técnicos financeiros;

e Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento.

ii. Amortização: Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo prazo de 60 meses. Parte dos ativos intangíveis é composto de projetos em desenvolvimento, portanto ainda não sujeitos a amortização (Nota 12).

iii. Diferido: O ativo diferido refere-se às despesas pré-operacionais da controlada Espra. Esses ativos são amortizados linearmente pelo período de 5 anos. Conforme permitido pela legislação, a Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido até a sua realização total por meio de amortização. Após 31 de dezembro de 2008 todos os gastos pré-operacionais devem ser registrados diretamente nos resultados.

iv. Redução ao valor recuperável: O ativo imobilizado bem como o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não identificou qualquer evidência que justifica a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2009.

e. Passivo circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

i. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

ii. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o

8. Transações com partes relacionadas:

	Ativo	
	31/12/2009	31/12/2008
Espra	—	7.347
Enerbras	—	—
RR	37	—
Bahia Eólica	1	—
Salvador Eólica	1	—
Renova Eólica	1	—
Total	40	7.347

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, controladas ou outras partes relacionadas.

a) Contas a receber e a pagar: (i) Contas a receber: RR - Corresponde a mútuo realizado para suprir as necessidades de caixa. (ii) Contas a pagar: Correspondem a valores a pagar à controlada indireta Espra. Esses mútuos foram realizados para suprir as necessidades de caixa. Para ambos (a receber e a pagar), o prazo de vencimento é 31 de dezembro de 2013 e o valor devido está sujeito a correção pela TJLP, acrescido de juros de 0,5% a.a., os quais não serão capitalizados. Os contratos de mútuos foram protocolados na ANEEL.

b) Remuneração dos administradores: A remuneração do pessoal chave da Administração no período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2009, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$ 2.321, valor composto somente por benefícios de curto prazo.

9. Cauções e depósitos vinculados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Circulante	55	55	55	—
Não circulante	197	—	13.077	10.845
	252	55	13.132	10.845

O saldo de R\$13.077 em 31 de dezembro de 2009 refere-se à aplicação financeira em fundo de renda fixa denominada de “fundo de liquidez em conta reserva” junto ao Banco do Nordeste S.A., cujo objetivo é garantir o financiamento obtido para a construção das PCH's da controlada Espra.

11. Ativo Imobilizado: 11.1 Controladora:

	Taxas anuais médias de depreciação %	
Imobilizado em serviço		
Geração		
Terrenos		
Administração		
Máquinas e equipamentos	10%	
Benfeitorias	10%	
Móveis e utensílios	10%	
Softwares	20%	
Computadores e periféricos	20%	
Veículos	20%	
Total do Imobilizado em serviço		
Total imobilizado		

11.2 - Movimentações do custo (Controladora)

	31/12/2008	Adições	Transferência para Imobilizado em	Baixas	31/12/2009
Imobilizado em serviço					
Geração					
Terrenos	1.388	749	—	—	2.137
Administração					
Máquinas e equipamentos	511	—	—	(54)	457
Benfeitorias	466	2	—	(21)	447
Móveis e utensílios	300	15	—	(24)	291
Softwares	—	289	—	—	289
Computadores e periféricos	118	48	—	(28)	138
Veículos	6	—	—	—	6
	2.789	1.103	—	(127)	3.765
	2.789	1.103	—	(127)	3.765
Total do imobilizado em serviço	2.789	1.103	—	(127)	3.765
Total do imobilizado	2.789	1.103	—	(127)	3.765
Total líquido	2.789	1.103	—	(127)	3.765

lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Companhia possui regime de tributação pelo lucro real, que apurou prejuízo fiscal acumulado. O imposto apresentado na posição consolidada refere-se à controlada Espra que foi apurado com base no lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. (Base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas, imposto de renda e contribuição social respectivamente, adiciona-do a este valor de apuração as outras receitas financeiras). A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Medida Provisória nº 449/08, exercício de opção este que foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

4. Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, conforme alterada, abrangendo a Renova e suas controladas (conforme descrito na nota 1). Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre as diversas companhias do grupo.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

• Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

• Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das empresas controladas;

• Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Caixa	3	3	15	10
Bancos conta movimento	1.177	45	1.402	1.632
Aplicações financeiras	40.058	5.169	40.058	5.169
Total	41.238	5.217	41.475	6.811

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundos de renda fixa, remunerados a taxa de 100,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6. Contas a receber de clientes e outros créditos (Consolidado):

	Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008
Clientes	3.903	3.862

Corresponde a valores a receber da venda de energia gerada pela controlada indireta Espra, referente às PCHs Cachoeira da Lixa, Colino 1 e Colino 2. Os saldos em 31 de dezembro são compostos por valores a vencer, exclusivamente do nosso contrato com a Eletrobras, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

7. Impostos a recuperar: Controladora Consolidado

	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
IRRF sobre aplicação				
Financeira	435	325	435	325
PIS a compensar	9	—	25	39
COFINS	—	2	13	181
Contribuição social a compensar				
	—	1	3	2
IRRF a compensar				
	1	—	1	73
ISS retido na fonte a compensar				
	—	—	—	—
Total	445	328	477	620

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
Resultado do período				
	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2008
IRRF sobre aplicação	—	—	—	—
Financeira	435	325	435	325
PIS a compensar	9	—	25	39
COFINS	—	2	13	181
Contribuição social a compensar	—	1	3	2
IRRF a compensar	1	—	1	73
ISS retido na fonte a compensar	—	—	—	—
Total	445	328	477	620

Esta aplicação não poderá ser movimentada até o prazo final do financiamento, que ocorrerá em 2026. Esta aplicação é remunerada pelo CDI alcançando 97,0% da sua variação, cujos saldos ao final dos períodos já se encontram valorizados a mercado.

10. Investimentos: Movimentação do investimento

Saldo em 31 de dezembro de 2008	—
Adições	71.305
Equivalência patrimonial	3.053
Saldo em 31 de dezembro de 2009	74.358
Composição do investimento em 31/12/2009	74.358
Investimentos	80.777
Deságio	(6.419)

O patrimônio líquido da Enerbras em 31 de dezembro é de R\$ 80.777. O lucro do período é de R\$ 3.053 e o capital social é de R\$46.636, composto por 5.170.101 ações, sendo 4.337.536 ações ordinárias, 832.562 ações preferenciais classe B e 3 ações preferenciais classe A. O valor do deságio na aquisição é proveniente da transferência das ações, em 22 de dezembro de 2006, da Enerbras para a Renova. Da totalidade das ações que compõem o capital social da Enerbras, 83,90% foram transferidas com deságio de R\$4.079, que estavam em poder de seus ex-acionistas Ricardo Delneri e Renato Amaral e as restantes, equivalentes a 16,10% das ações de emissão da Enerbras, foram transferidas em 10 de setembro de 2007 com deságio de R\$2.340, que estavam em poder das Companhias Hidráulica Industrial S.A. Ind. e Comércio, Intertechene Consultores Associados S/C Ltda., e Odebrech Investimentos em Infra Estrutura Ltda., totalizando R\$ 6.419.

acompanhamento permanente das taxas vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir: Numerário disponível, Aplicações financeiras, Contas a receber Clientes, Fornecedores e Cauções e depósitos vinculados - estão apresentados ao seu valor contábil que equivale ao seu valor de mercado. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao BNB são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor de mercado e estão contabilizados pelo custo amortizado, e correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a taxas pré-fixadas. Empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto ao ABN Amro Real S.A. são classificados como passivos financeiros e estão contabilizados pelo custo amortizado, correspondem a empréstimos com finalidades específicas para financiamento de investimentos em geração de energia elétrica, indexados a 100% do CDI e taxas pré-fixadas.

	<u>Valor Justo</u>		<u>Valor Contábil</u>	
	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
Moeda Nacional				
IFC - ABN AMRO				
Real S.A.	23.609	20.952	22.654	20.103
FNE - Banco do Nordeste				
do Brasil S.A.	121.133	125.129	121.133	125.129
Total	<u>144.742</u>	<u>146.081</u>	<u>143.787</u>	<u>145.232</u>

b. Análise de sensibilidade (consolidado): As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem empréstimos e financiamentos em moeda nacional. No quadro a seguir foram considerados cenários de taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores, até as datas

de vencimento dessas transações. O cenário provável foi determinado a partir do plano de negócios da Companhia aprovado pela Administração com os saldos em aberto em 30 de junho. Os cenários II e III representam 25% e 50% de deterioração, respectivamente, e os cenários IV e V representam 25% e 50% de apreciação, respectivamente.

		Provável	cenário	cenário	cenário	cenário
Ativo Financeiro	Risco	I	II	III	IV	V
Aplicação em Caução	CDI	11.001	11.215	11.429	10.787	10.573
Aplicação Financeira	CDI	40.074	40.458	40.839	39.685	39.292
Referência para Ativos Financeiros	Aumento da Taxa em					
CDI		8,61%	10,76%	12,92%	6,46%	4,31%
Passivo		Provável	cenário	cenário	cenário	cenário
Financeiro	Risco	I	II	III	IV	V
Empréstimos e Financiamentos	CDI	22.654	22.864	23.314	21.963	21.513
Referência para Passivos Financeiros	Aumento da Taxa em					
CDI		8,61%	10,76%	12,92%	6,46%	4,31%

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

c. Operações com instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercí-

cios apresentados. **d. Risco de taxa de câmbio e taxa de juros:** Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional captados pela Companhia, apresentados na nota 14, são compostos de financiamentos junto ao BNB. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade de capital) é definida por esse agente, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, o valor de mercado desta parcela de empréstimos internos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **e. Risco de crédito (consolidado):** As políticas de crédito adotadas pela Administração visam a minimizar eventuais problemas de inadimplência, por meio da adoção de um conjunto de ações e procedimentos consistentes, dentre outros, pela rigorosa análise de crédito para aprovação de inclusão de clientes em nosso cadastro ativo, bem como pela exigência de patrimônio líquido mínimo, apresentação de garantias contratuais, imposição de penalidades contratuais, inclusive multas, juros de mora e, eventualmente, rescisão contratual em caso de inadimplência.

23. Cobertura de Seguros:	31/12/2009
Usinas	179.290
Responsabilidade civil	12.000
Transportes (veículos)	228

A controlada indireta Espira mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são de R\$ 191.518 para geração e transmissão de energia.

Diretoria

Vasco Barcellos - Diretor Presidente e de Relação com Investidores - CPF: 010.226.297-78

Ricardo Delneri - Diretor Vice-Presidente e de Negócios - CPF: 157.602.498-94

Renato Amaral - Diretor Vice-Presidente e de Operações - CPF: 146.623.258-70

Roberto Honczar - Diretor Administrativo-Financeiro - CPF: 018.715.997-17

Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente e de Relações Institucionais - CPF: 405.146.175-00

Contador: Reinaldo Cardoso da Silveira - CPF 263.194.545-04 e CRC 014311-0/O-S/SP

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da

Renova Energia S.A.

São Paulo - SP

1. Examinamos balanços patrimoniais da **Renova Energia S.A.** e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: **a)** o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e

os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e suas controladas; **b)** a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e **c)** a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Renova Energia S.A.** e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado nas notas explicativas 1 e 12, a Companhia possui diversos projetos em andamento e sua controlada indireta Energética Serra da Prata S.A. (ESPPRA), iniciou durante o exercício de 2008 as operações de suas usinas PCH's. A Administração da Companhia elaborou um estudo de viabilidade econômica financeira das usinas, o qual demonstra que os resultados futuros serão suficientes para proporcionar a recuperação dos investimentos realizados. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009 a Administração estima que nenhum ajuste seja necessário para fazer face à recuperação dos ativos.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jose Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/99

Declaramos, na qualidade de diretores da Renova Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1511, conjunto 111, Edifício Berrini, CEP 04571-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referente às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2010.

Vasco de Freitas Barcellos Neto - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Lopes Delneri - Diretor Vice-Presidente e de Negócios

Renato do Amaral Figueiredo - Diretor Vice-Presidente e de Operações

Roberto Honczar - Diretor Administrativo-Financeiro

Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente e de Relações Institucionais

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/99

Declaramos, na qualidade de diretores da Renova Energia S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 1511, conjunto 111, Edifício Berrini, CEP 04571-011, inscrita no CNPJ sob o nº 08.534.605/0001-74, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, nos termos e para fins do parágrafo 1º, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.

São Paulo, SP, 15 de janeiro de 2010.

Vasco de Freitas Barcellos Neto - Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ricardo Lopes Delneri - Diretor Vice-Presidente e de Negócios

Renato do Amaral Figueiredo - Diretor Vice-Presidente e de Operações

Roberto Honczar - Diretor Administrativo-Financeiro

Ney Maron de Freitas - Diretor de Meio Ambiente e de Relações Institucionais